

CONTAS DE MINAS

ANO XII NÚMERO 52 | 2008
ACESSE O NOSSO SITE WWW.TCEMG.GOV.BR



INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Tribunal de Contas participa do IV Congresso Municipal de Prefeitos Eleitos

Planejamento governamental nas prefeituras, aspectos relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal e as regras para transição de mandato foram temas de palestras ministradas pela equipe do TCEMG no IV Congresso Municipal de Prefeitos Eleitos, organizado pela Associação Mineira de Municípios-AMM. O evento reuniu 1.400 participantes e promoveu o primeiro encontro dos

prefeitos eleitos e reeleitos com o governo estadual e órgãos fiscalizadores. "Orientar os gestores nesta fase de transição do governo municipal é nossa obrigação, porque na medida em que estamos orientando, estamos prevenindo", destacou o Presidente do TCEMG, Conselheiro Elmo Braz (foto).

Mais detalhes na página 3

Trinta e sete personalidades são homenageadas com o Colar do Mérito



A Auditora-Geral do Estado Maria Celeste Morais Guimarães, o Prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, o chefe de gabinete da Vice-Presidência da República, Antônio Adriano da Silva e o Presidente da Câmara de Belo Horizonte, Vereador Totó Teixeira

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais entregou o Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim a 37 personalidades que se destacaram em suas atividades. O Presidente do TCEMG, Conselheiro Elmo Braz Soares, presidiu a cerimônia e destacou que se tratava "de um ato de reconhecimento da correção de vida e de caráter". O Ministro do TCU Aroldo Cedraz, orador e homenageado enfatizou que "essa honraria servirá de estímulo para lutarmos pela causa pública".

Páginas 4 e 5



O Ministro do TCU Aroldo Cedraz, o Presidente Elmo Braz Soares e a secretária de controle externo do TCU em Minas Gerais, Neusa Coutinho Affonso

TCEMG participa de encontros técnicos sobre controle externo

Página 2

Um banco de dados para as leis municipais do Estado

Página 6

Auditor Licurgo Mourão defende a função pedagógica

Página 8

Escola de Contas forma 81 especialistas em Controle Externo

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo concedeu, no dia 21 de novembro, o título de especialista em Controle Externo da Gestão Pública Contemporânea para 81 servidores do TCE. O curso de pós-graduação lato sensu é promovido pelo Tribunal em parceria com a PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Criado em 1996, o curso tem o objetivo de promover o aperfeiçoamento profissional dos funcionários do Tribunal. Nesses 12 anos, já diplomou mais de 1.300 alunos.

O servidor José do Carmo Lana Marciano, oficial do Tribunal, de 39 anos, que nasceu sem enxergar, foi um dos destaques da solenidade. Bacharel em Ciências Sociais na UFMG, José do Carmo é servidor desde fevereiro de 2003. Ele parabenizou a Corte de Contas por essa iniciativa e garantiu que “foi uma ótima oportunidade para aprimorar sua qualificação técnica e atualizar seus conhecimentos”.

Em seu discurso na solenidade de entrega dos diplomas, o Vice-Presidente do Tribunal, Conselheiro Wanderley Ávila, elogiou a determinação de José do Carmo, que não permitiu que a necessidade especial se tornasse um obstáculo para seu desenvolvimento intelectual. O Conselheiro usou o exemplo do servidor para transmitir a mensagem de que “nenhuma barreira é intransponível quando se é obstinado”. E



A turma (A) de 2008 da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

completou, de forma extensiva aos demais formandos, desejando que “os conhecimentos recebidos pelos alunos sejam multiplicados para a excelência do Controle Externo, no trabalho efetivo de fiscalização e na orientação dos entes jurisdicionados”.

Fortaleza é sede de encontros técnicos

“Transparência e Cidadania no Combate à Corrupção” foi o tema central do Encontro Anual dos Tribunais de Contas do Brasil promovido pelos Tribunais de Contas do Estado do Ceará e dos Municípios do Estado do Ceará, nos dias 6 e 7 de novembro, em Fortaleza. Paralelamente ao evento, foi realizado na cidade o VI Encontro do Colégio de Corregedores do Brasil que teve, em sua pauta principal, a elaboração dos manuais operacionais das corregedorias e das ouvidorias dos tribunais de contas.

Entre os temas selecionados para debate no Encontro Anual destacaram-se a ação do Tribunal de Contas da União (TCU) no aperfeiçoamento do controle externo, o anteprojeto de lei processual dos TCs, o atual estágio do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), o portal

e rede dos tribunais de contas, a harmonização de conceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, auditoria operacional, os tribunais de contas e a comunicação institucional e a importância da instalação e funcionamento do controle interno a partir dos municípios. A programação também incluiu as comemorações do 28º aniversário do TCU e dos 50 anos da realização do I Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.

Da solenidade de abertura do evento participaram, entre outras autoridades, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, o Governador do Ceará Cid Gomes, e o atual Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar. Nos dois dias o encontro reuniu conselheiros, auditores e procuradores das cortes de contas de todo o País. O TCEMG foi representado pelo Conselheiro Vice-Presidente Wanderley Ávila, pelo Conselheiro substituto Gilberto Diniz e pelos Auditores Licurgo Mourão e Hamilton Coelho.

Carta de Brasília recomenda novas ações na auditoria de obras públicas

A criação de bancos de dados nacionais, com o cadastro de licitantes declarados inidôneos para contratação com a administração pública; um levantamento sistematizado dos problemas mais frequentes e relevantes em obras públicas com a finalidade de estabelecer ações preventivas; e um cadastro unificado das obras foram algumas das importantes deliberações contidas na “Carta de Brasília”, documento emitido no XII SINAOP - Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, realizado no período de 03 a 07 de novembro em Brasília, no Senado Federal.

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - Ibraop e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, o evento contou com a participação do TCU e de oito tribunais de contas de estados brasileiros: Minas Gerais (representado pela engenheira-perita Adelaide Maria Bittencourt Pinto Coelho), Distrito Federal, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O tema central do encontro foi “O controle de obras públicas: a integração das ações institucionais como elemento de aumento da eficiência na administração”.

Participaram 340 representantes de 24 tribunais de contas brasileiros, da Controladoria Geral da União, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Senado, da Câmara dos Deputados, e outros órgãos. Para o Conselheiro Victor Faccioni, Presidente da Atricon e um dos conferencistas, “é fundamental que todas as esferas de governo mantenham um controle interno qualificado, atuante e integrado aos demais controles, principalmente no tocante à realização de obras públicas, que muitas vezes constituem em atrativo a interesses escusos, ocorrendo, como resultado, obras inacabadas e dinheiro público desperdiçado em investimentos que não atendem ao interesse público”.

A “Carta de Brasília” está disponível no site do Ibraop (www.ibraop.org.br).

Papel Pedagógico do Tribunal de Contas

Palestras orientam gestores eleitos no IV Congresso promovido pela AMM



O Prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel participou ativamente do Congresso

“Os desafios de uma gestão pública responsável” foi o tema do IV Congresso Municipal de Prefeitos Eleitos, organizado pela Associação Mineira de Municípios-AMM, com apoio institucional do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e que possibilitou o primeiro encontro dos prefeitos eleitos e reeleitos para a gestão de 2009 a 2012 com o governo estadual e órgãos fiscalizadores como o TCEMG.

O evento reuniu mais de 1.400 participantes, entre prefeitos mineiros, vereadores, assessores e técnicos municipais, e contou com a presença do Governador Aécio Neves, do Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia, do Prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, do presidente da AMM e Prefeito de Mariana Celso Cota, do Procurador-Geral de Justiça Jarbas Soares Júnior, e do presidente do TCEMG, Conselheiro Elmo Braz Soares, entre outras autoridades.

Do Tribunal atuaram como palestrantes o diretor da Secretaria-Geral, Marconi Augusto Castro Braga, que falou sobre “planejamento governamental e transição de mandato”; o assessor Márcio Ferreira Kelles que discorreu sobre “aspectos relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal”; e o técnico e professor Carlos Alberto Nunes Borges que abordou o tema “regras para transição de mandato”.

Planejamento governamental e transição de mandato

“O equilíbrio das contas públicas, compatibilizando gastos e recursos, a execução das ações governamentais prioritárias, a prevenção de riscos e correção de desvios e o melhor atendimento às necessidades públicas são alguns dos benefícios decorrentes da ação governamental planejada.” A afirmação é do diretor da Secretaria Geral do TCEMG, Marconi Augusto Castro Braga, palestrante do IV Congresso que também esclareceu sobre aspectos da legislação relacionada ao planejamento das ações governamentais, em especial sobre o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

Ao finalizar sua exposição, Marconi abordou aspectos importantes apreciados pelo Tribunal em processos decorrentes de inspeções, auditorias, relatórios da LRF e prestação ou tomada de contas relativos aos municípios mineiros e sobre as punições institucionais, administrativas e penais previstas em caso de descumprimento das normas legais. Dentre os temas focalizados, destacam-se a possibilidade de anulação do ato que aumenta despesa com pessoal nos últimos 180 dias do mandato; a proibição de contratar operação de crédito por ARO, no último ano do mandato e a possibilidade de aplicação das restrições quando o montante da dívida exceder o limite do primeiro quadrimestre do último ano do mandato do chefe do Poder Executivo; a proibição de contratar operação de crédito por ARO, no último ano do mandato; e a vedação de se contrair obrigação de despesa, nos últimos oito meses do mandato, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.

Aspectos relevantes da LRF

O planejamento também mereceu destaque na palestra do assessor do TCEMG Márcio Ferreira Kelles, como um dos quatro princípios fundamentais da Lei Complementar nº

101/00 – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Salientando que o planejamento é um alicerce para qualquer administração pública, Kelles ressalta que “planejar significa buscar equilíbrio entre as aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo”. E acrescenta: os orçamentos públicos, constituídos em uma trindade orçamentária –PPA, LDO e LOA-, são os instrumentos de planejamento que os administradores públicos podem utilizar”.

O palestrante também destacou outros três princípios fundamentais da LRF: controle, transparência e responsabilidade. Com relação ao controle e fiscalização da execução orçamentária, Kelles destacou a atuação do Tribunal de Contas, tanto para exercer o controle tradicional, posterior ao ato financeiro, quanto o controle simultâneo, de finalidade preventiva. Sobre a transparência, lembrou que a LRF veio possibilitar, através dos mecanismos de audiência pública, orçamento participativo e conselhos gestores de recursos públicos, um maior envolvimento da sociedade nos projetos que utilizam recursos públicos. “É a percepção de que a administração pública contemporânea adquiriu proporções que não mais comportam planejamento estanque e monofásico.”

Ao comentar que o plano anual de inspeções do TCEMG detectou que 98% das licitações realizadas pelas administrações municipais de nosso Estado estão irregulares, o palestrante Márcio Ferreira Kelles apresentou um quadro com 13 exemplos das principais irregularidades encontradas. Kelles finalizou sua palestra com o princípio da responsabilização dos agentes públicos, lembrando que “para conferir densidade jurídica à LRF, foi editada a Lei 10.028/00 que penaliza ações em confronto com os mandamentos da lei fiscal”.

Regras para transição de mandato



Carlos Alberto Nunes Borges

O professor e técnico do TCEMG, Carlos Alberto Nunes Borges, tratou do tema “regras para transição de mandato”, com o foco em aspectos a serem observados pelos futuros gestores municipais – prefeitos, vereadores e assessores, ainda na fase que antecede o início dos mandatos e a posse em 1º de janeiro de 2009. O palestrante deu destaque à importância de se fazer um levantamento preliminar de dados e informações que digam respeito à administração do município, envolvendo a situação atual das finanças públicas, compromissos assumidos e obrigações futuras que o atual gestor deixará para seu sucessor. “Neste sentido, recomenda-se a constituição de um

grupo de técnicos assessores, composto de representantes da atual e da futura gestão, para o levantamento da situação financeira, orçamentária, contábil e patrimonial do município, com a preparação de relatórios e diagnósticos detalhados, que possam servir ao futuro prefeito como subsídio ao seu plano de governo mais imediato”, destacou Nunes Borges.

O palestrante também alertou os gestores presentes sobre as obrigações e despesas assumidas no último ano do mandato que devem estar amparadas em recursos efetivamente arrecadados no próprio exercício e sobre a necessidade de um controle efetivo sobre os atos administrativos praticados, ressaltando-se aí o papel relevante do controle interno do município. Outro aspecto destacado por Carlos Alberto é quanto à necessidade de uma correta identificação das obrigações assumidas em nome do município, mediante assinatura de convênios com a União e o Governo do Estado. E finaliza: “a transição de governo, quando amparada por ações preventivas do futuro gestor, associadas à demonstração de transparência pelo atual gestor é o que melhor pode contribuir para o atendimento e satisfação dos desejos da comunidade, evidenciando a prática democrática dos agentes públicos envolvidos e que direcionam suas ações em prol do bom uso do dinheiro público”.



Marconi Augusto Castro Braga

Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim

Personalidades de destaque recebem homenagem

O Tribunal de Contas de Minas Gerais homenageou, no dia 30 de outubro, 37 personalidades com o Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim. O Presidente do TCE, Conselheiro Elmo Braz Soares, presidiu a cerimônia e destacou a importância da ocasião: “momento grandioso, de reconhecimento da correção de vida e de caráter”.

Em nome dos agraciados, discursou o ministro do TCU Aroldo Cedraz. “Estou certo de que essa honraria servirá de estímulo para lutarmos pela causa pública”, enfatizou Cedraz ao falar sobre o papel da sociedade na fiscalização dos órgãos públicos.

O Colar do Mérito, que homenageia o primeiro presidente do TCEMG, José Maria de Alkmim, é conferido anualmente a personalidades e instituições que prestaram relevantes serviços ao País e a Minas Gerais. Desde sua criação em 1995, a comenda já foi entregue a 338 personalidades.



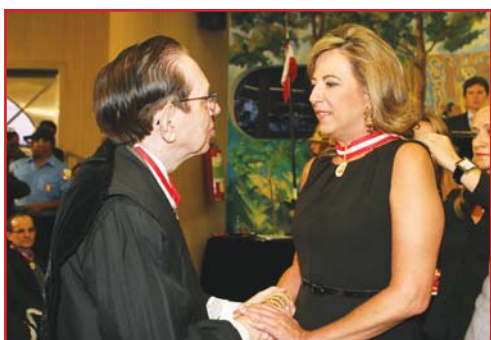
Os conselheiros e auditores do TCE, no auditório lotado



O Conselheiro Wanderley Ávila e o Procurador de Justiça Antônio Lopes Neto



O Conselheiro Wanderley Ávila e o Deputado Estadual Carlos Mosconi



O Conselheiro Simão Pedro e a psicóloga Cibele Maria Andrade Ruas



O Conselheiro Simão Pedro e o Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG, Cláudio Couto Terrão



O Conselheiro Simão Pedro e o Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG, Glaydson Santo Soprani Massaria



Os componentes da mesa ouvem o Hino Nacional



O Conselheiro Substituto Gilberto Diniz e o Desembargador Otávio de Abreu Portes



A Conselheira Adriene Andrade e o Juiz Federal Murilo Fernandes Almeida



O Conselheiro Eduardo Carone e o Deputado Estadual Hely Tarquínio



O Conselheiro Eduardo Carone e o Deputado Estadual Lafayette Luiz Doorgal de Andrada



A Conselheira Adriene Andrade e a Procuradora do Ministério Público junto ao TCEMG, Maria Cecília Mendes Borges



O Conselheiro Substituto Gilberto Diniz e o Deputado Estadual Roberto Carvalho



O Conselheiro Substituto Gilberto Diniz e a Juíza Federal Sônia Diniz Viana



O Conselheiro aposentado Mário Genival Tourinho e o jornalista Wagner Gomes



O Discurso do Ministro do TCU, Aroldo Cedraz



O Presidente Elmo Braz agradeceu o Prefeito de BH Fernando Pimentel (C) o Presidente da Câmara de BH Totó Teixeira e o Ministro do TCU Aroldo Cedraz



O discurso do Presidente do TCEMG, Conselheiro Elmo Braz Soares



A Conselheira Adriene Andrade e o Juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães



O Conselheiro Wanderley Ávila e o Juiz Antônio Adilson Salgado Araújo



Coral Contas & Cantos, formado por servidores do TCEMG

Agraciados

Receberam o Colar do Mérito de 2008: o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Damata Pimentel; o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Antônio Evangelista Totó Teixeira; o Ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União; o Chefe de Gabinete da Vice-Presidência da República, Antônio Adriano da Silva; o Procurador Márcio Heli de Andrade, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; os Desembargadores Otávio de Abreu Portes e Selma Maria Marques de Souza, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; os Procuradores de Justiça Hélcio Levindo Coelho e Antônio Lopes Neto, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; os Deputados Roberto Carvalho, Carlos Mosconi, Lafayette Luiz Doorgal de Andrada e Hely Tarquínio, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; os Procuradores Cláudio Couto Terrão, Glaydson Santo Soprani Massaria e Maria Cecília Mendes Borges, do Ministério Público junto ao TCEMG; o professor e advogado José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior; o professor e médico José de Souza Andrade Filho; o professor José Luiz Borges Horta; os advogados Beatriz Moraes de Sá Rabelo

Correa, Francisco Galvão de Carvalho e Carlos Henrique Peixoto de Souza; a psicóloga Cibele Maria Andrade Ruas; o jornalista Edgar Antunes Pereira, Diretor-Presidente do jornal Diário de Montes Claros; o professor Edimur Ferreira de Faria; o juiz federal Murilo Fernandes Almeida, da Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais.

E ainda: o Juiz Nelson Missias de Moraes, Presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais; os Juizes Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, da Comarca de São João Nepomuceno e Antônio Adilson Salgado Araújo, da 1ª Vara Cível de Montes Claros; o Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, Antônio José dos Santos; o Presidente da editora Del Rey, Arnaldo Oliveira; o empresário Marco Antônio Tibães; o Diretor-Presidente da Copasa, Márcio Augusto Vasconcelos Nunes; o pecuarista e Vereador Marcus Vinícius Pinheiro Pereira; o professor e advogado Sidney Safe Silveira; a Juíza Federal Sônia Diniz Viana, da Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais; e o jornalista Wagner Gomes.

Banco de dados da legislação municipal

Biblioteca pesquisa leis dos municípios mineiros para futuro acesso público

A Biblioteca do TCEMG está organizando um banco de dados que tem por objetivo arquivar as leis dos municípios mineiros, para permitir a consulta pública. Os dados estão armazenados no programa denominado TC-Legis, que, embora esteja em fase experimental, já pode ser acessado pelos servidores da Corte de Contas, facilitando o trabalho de fiscalização dos técnicos. As leis orgânicas dos 853 municípios mineiros estão arquivadas no sistema.

O trabalho começou em 2003, quando o Tribunal oficiou a todos os municípios do Estado – prefeituras e câmaras – solicitando o envio de toda a legislação de hierarquia superior promulgada a partir de 1988: leis orgânicas e suas emendas, leis complementares, leis ordinárias e decretos. Todos os municípios atenderam e o material foi enviado em CD e papel. Para o armazenamento foi adquirido um programa de informática denominado BRS/Search, que agora é administrado pela Biblioteca com a assistência técnica da Diretoria de Informática do TCE. Em outubro último o programa já tinha 136.808 normas cadastradas.

Recentemente o setor iniciou outra etapa deste trabalho: a elaboração de um sistema que permita a atualização constante e rápida da legislação municipal com a utilização da internet. Vinte e cinco prefeituras, escolhidas aleatoriamente, foram convidadas a colaborar espontaneamente, pois o sistema está em fase experimental. A legislação é enviada diretamente para o computador-servidor, utilizando a mesma senha do SIACE. As prefeituras que estão colaborando de forma mais acentuada com o Tribunal são as de Andradas, Bandeira do Sul, Berilo, Bom Sucesso, Brazópolis, Capetinga, Careagu, Coronel Xavier Chaves, Córrego Fundo, Extrema, Goianá, Maria da Fé, Mário Campos, Uberlândia e Varginha.

Após a fase de testes e aperfeiçoamento do sistema, o Tribunal de Contas deverá publicar uma instrução normativa com a finalidade de integrar todas as prefeituras e câmaras no sistema, o que já está previsto para o ano de 2009. Depois o programa será incluído na homepage do TCE (www.tce.mg.gov.br), permitindo a qualquer pessoa rápido acesso. O programa tem três módulos: um para acesso exclusivo dos servidores da casa, outro para acesso pelas prefeituras e câmaras e o terceiro para o público, com um sistema de busca para facilitar a pesquisa.

Apoio às pesquisas

A Biblioteca Conselheiro Aloyzio Alves da Costa foi criada pela Lei nº 1429 de 01/01/56 e seu funcionamento é normatizado pela Resolução nº 06/2002. Tem uma grande quantidade de livros e periódicos, principalmente de assuntos relacionados à atividade fiscalizatória. Além dos livros técnicos possui um grande lote de obras literárias, a maior parte delas adquirida na gestão do presidente João Bosco Murta Lages.

O setor de empréstimo segue os padrões das bibliotecas públicas, não sendo permitido para jornais, obras raras ou de referência. O empréstimo é exclusivo para servidores e outras bibliotecas conveniadas, mas a consulta no local é pública, no mesmo horário de funcionamento do Tribunal.

O acervo inclui uma coleção completa do Minas Gerais, o Diário Oficial do Estado, desde o ano de 1949, toda encadernada. Inclui também uma coleção do Diário Oficial da



União desde 1958 e do Diário Oficial do Município de Belo Horizonte desde a sua criação, em 1995.

Uma das atividades mais frequentes da biblioteca é o atendimento de demandas internas, principalmente consultas de jurisdicionados (órgãos públicos da administração direta e indireta, estadual e municipal), advogados, estudantes e outros pesquisadores. O setor fez 3.654 atendimentos entre janeiro e setembro de 2008. Atualmente são sete os atendentes, profissionais das áreas de direito, administração e biblioteconomia. As solicitações e respostas são feitas por vários meios: telefone, fax, correio eletrônico ou pessoal, diretamente no setor.

Outra função é a de manutenção de bases de dados como as consultas respondidas e disponibilizadas na internet, além da atualização constante dos arquivos das normas internas, súmulas e legislação relevante (constituições, lei orgânica, leis importantes) que estão disponíveis tanto na rede interna de computadores quanto na homepage.

Coleções valiosas

A biblioteca tem sob sua guarda três coleções valiosas, adquiridas junto aos herdeiros de importantes personalidades da literatura mineira. Estes livros não estão disponíveis para empréstimo, apenas para consulta no local.

A primeira a ser incorporada pertencia ao Desembargador Affonso Teixeira Lages (1900-1976), pai do ex-presidente do TCEMG João Bosco Murta Lages, e foi doada pelos familiares. Possui 1.270 volumes, com destaque para a bibliografia de Direito Romano.

A segunda pertencia ao professor Edgar de Godói da Mata Machado (1913-1995), sendo composta de 2.594 livros jurídicos, de filosofia, sociologia, literatura e outros temas.

Já a coleção do jornalista João Etienne Filho (1918-1997) é composta de 3.075 livros, 80% deles de literatura, principalmente literatura mineira.

Tribunais de Contas planejam política nacional de Comunicação

Promover uma política geral, coesa e alinhada de comunicação para os Tribunais de Contas de todo o País como ferramenta de transparência e de fortalecimento da imagem das Cortes de Contas, realçando seu papel constitucional no controle das contas públicas, em benefício da sociedade. Esse foi o principal objetivo do II Encontro Técnico IRB-PROMOEX realizado nos dias 02 e 03 de outubro em Belém-PA, que tratou do tema "Comunicação e Relações Institucionais".

Com a participação de 25 tribunais, incluindo o Tribunal de Contas de Moçambique, que enviou representantes para conhecer um pouco mais da experiência desenvolvida pelos TCs brasileiros, o encontro reuniu os responsáveis pelas áreas

de comunicação e relações institucionais, além de servidores das Unidades Executoras Locais do PROMOEX – Programa de Modernização dos Tribunais de Contas, que envolve o Ministério do Planejamento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O assessor de Comunicação Social, Luiz Cláudio Mendes e a assessora do Conselheiro Simão Pedro Toledo, Raquel Simões, representaram o TCE de Minas.

O resultado dos trabalhos dos grupos e o relatório final, que compila toda a discussão do encontro, estão disponíveis no Portal Nacional dos Tribunais de Contas, www.controlepublico.org.br.

Relatório da Corregedoria – 2º quadrimestre

Estatísticas indicam elevação do número de processos analisados

O segundo relatório quadrimestral de 2008 da Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas (maio a agosto) confirmou uma substancial evolução na sua atividade. Neste período, a Corte de Contas emitiu parecer prévio em 177 processos de prestação de contas municipais, sendo 80 pela rejeição das contas, 80 pela aprovação com ressalvas e 17 pela aprovação simples. No mesmo quadrimestre de 2007 foram emitidos 111 pareceres, sendo 33 pela rejeição das contas.

Para o Conselheiro-Corregedor Antônio Carlos Andrada, este aumento é uma consequência positiva da nova Lei Orgânica do TCEMG. “A edição da Lei Complementar nº 102/08 instaurou uma ação de modernização e celeridade no rito processual desta Corte, e observamos um expressivo crescimento no número de processos apreciados”, explicou. Ele informou que entre janeiro e agosto deste ano o Tribunal apreciou 20.7239 processos, bem mais que os 13.426 apreciados no mesmo período do ano anterior.

OUTROS NÚMEROS ESTATÍSTICOS

No segundo quadrimestre de 2008 foram concedidas medidas cautelares de suspensão de 18 procedimentos licitatórios, envolvendo recursos da ordem de dois bilhões de reais. Cada procedimento suspenso gerou um processo, possibilitando ao TCEMG a fazer o acompanhamento para resguardar o interesse público.

Em suas decisões, o TCE aplicou multas a agentes políticos no valor total de R\$ 456.200,00 e determinou o ressarcimento aos cofres público do montante de R\$ 3.591.949,07. Neste período, deferiu os registros de 9.962 aposentadorias de servidores públicos, 287 reformas e 536 pensões. Apenas 29 aposentadorias e uma pensão tiveram o registro negado, por irregularidades várias.

Os órgãos técnicos inspecionaram, diretamente, 14 entes estaduais e 406 municipais. O Conselheiro-Relator Antônio Carlos Andrada também ressaltou que as 36 inspeções realizadas em 2007 nas OSCIPs (Organizações das Sociedades Cíveis de Interesse Público) deram origem a 18 relatórios técnicos, que continuam sendo analisados pela área técnica do Tribunal.

O número total de processos apreciados no segundo quadrimestre de 2008 foi 14.215, enquanto que no mesmo período de 2007, antes da vigência da nova lei, foram apreciados 7.929.

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Para o Conselheiro, a aprovação da nova Lei Orgânica pela Assembléia Legislativa permitiu ao Tribunal aumentar a eficiência e a celeridade. “A lei eliminou as quatro câmaras temáticas de julgamento, que foram substituídas por duas de igual função, e estabeleceu a participação dos Auditores na função de relatores de processos”, explicou. A lei também proporcionou uma redistribuição geral dos processos em tramitação, de forma que todos os conselheiros e auditores-relatores recebam o mesmo número de processos.

O relatório também destacou que, no mesmo período, ocorreu um marco histórico: tomaram posse os primeiros procuradores concursados para o Ministério Público junto ao TCEMG. Anteriormente este setor era suprido por indicação do governador e, a partir da Constituição Mineira de 1989, pelo Ministério Público Estadual. Três das quatro vagas já foram preenchidas pelos primeiros colocados no concurso público. Paralelamente, o Tribunal assinou um acordo de cooperação com a Advocacia Geral do Estado, que vai implementar uma atuação conjunta com a finalidade de tornar o cumprimento das decisões mais rápido e efetivo. Como parte do acordo, foi instalado um escritório da AGE na sede da Corte de Contas.

Como 2008 é um ano de eleições, o TCEMG encaminhou ao Tribunal Regional Eleitoral a relação nominal dos gestores que tiveram processos julgados irregulares nos três últimos anos. O documento, além de cumprir uma exigência da Lei nº 9.504/97, teve a finalidade de fornecer à Justiça Eleitoral dados que possam apontar qualquer situação de inelegibilidade para candidatos a cargos políticos.

O inteiro teor do Relatório da Corregedoria pode ser obtido através da internet, no site oficial do Tribunal (www.tce.mg.gov.br) ou no site do Conselheiro-Corregedor Antônio Carlos Andrada (www.antonioandradacm.com.br).

Novo Portal aumenta interação do TCE com a sociedade

O Tribunal de Contas lançou, no dia 21 de novembro, uma nova versão do seu Portal. Com um projeto editorial mais moderno e novos instrumentos de navegação, a expectativa é que o site promova mais interatividade com a imprensa, os jurisdicionados e a sociedade.

Várias ferramentas foram criadas e algumas aprimoradas, caso do Fiscalizando com o TCE. Redesenhado e com a linguagem mais acessível, o diretório destaca-se como a principal ferramenta de fiscalização disponibilizada pelo Tribunal. Através dele, com a apenas um click é possível saber onde e como estão sendo empregados os recursos públicos.

O sistema Push foi criado para informar o responsável ou seu procurador, devidamente cadastrado, sobre a tramitação dos processos de seu interesse. Outra mudança: as consultas formuladas à Corte de Contas agora estão desta-



cadadas na página principal por causa do grande interesse dos usuários. Os gestores das quase 2.200 unidades jurisdicionadas pelo Tribunal terão à disposição também um calendário com as datas dos principais compromissos relativos ao envio das prestações de contas.

Notícias do TCE é outro grande destaque do Portal. Destinado ao conteúdo jornalístico, o diretório vai facilitar o acesso às informações, inclusive com o envio de e-mail ao usuário que se cadastrar na página. As notícias serão produzidas regularmente com a cobertura das decisões plenárias e das câmaras e eventos realizados pelo Tribunal. Novas ferramentas permitem ao internauta, ainda, agendar visitas orientadas à instituição, o acesso à Revista do

Tribunal, ao jornal do TCE Contas de Minas, à disponibilidade do Espaço Cultural da instituição e várias outras opções.

O endereço do site é www.tce.mg.gov.br

Palestras técnicas**Auditor Licurgo Mourão fala sobre controles e parcerias**

O Auditor Licurgo Mourão participou de um fórum e de um seminário representando o TCEMG e ministrou palestras sobre atividades relacionadas à Corte de Contas. No dia 27 de outubro abordou o tema "Instrumentos de parceria entre o Estado e o Terceiro Setor: a visão do Tribunal de Contas" durante o I Seminário de Gestão de Parcerias do Governo de Minas com as Instituições do Terceiro Setor, realizado no Hotel Mercure, em Belo Horizonte. O evento contou com um público de aproximadamente 700 pessoas, e a participação do Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia.

O Auditor defendeu a função pedagógica das Cortes de Contas, afirmando que "numa visão pós-burocrática do controle externo, espera-se sua atuação de forma proativa, descobrindo falhas antes de o gasto ser efetuado, atuando preventivamente e pedagogicamente, orientando gestores na maneira de aplicação das verbas e, principalmente, avaliando resultados, impactos e benefícios da aplicação dos recursos para a população".

Entre 25 e 26 de setembro, ele representou o Tribunal no III Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria, realizado no mesmo local, e presidiu a mesa na palestra proferida pelo professor Evandro Martins Guerra, ex-servidor do TCE, intitulada "Controle Sistêmico – A Interação entre os Controles Interno, Externo e Social". Diante de algumas críticas, fez veemente defesa das prerrogativas dos Tribunais de Contas: "O delineamento constitucional das Cortes de Contas é essencialmente democrático. Nelas encontramos legítimos representantes do povo, do Poder Executivo e do órgão constitucional autônomo que é o Ministério Público, na figura dos Procuradores de Contas, além da valorização da representação técnica, na figura de seus Auditores. Sua atuação reflete o grau de desenvolvimento de nossa sociedade e de amadurecimento da democracia brasileira".

Este evento contou também com a presença dos professores Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Jessé Torres Pereira Júnior e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, além da Auditora Geral do Estado Maria Celeste Morais Guimarães.

**EXPEDIENTE**

Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Elmo Braz

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Wanderley Ávila

CONSELHEIRO CORREGEDOR

Antônio Carlos Andrada

CONSELHEIROS

Flávio Régis Xavier de Moura e Castro

Simão Pedro Toledo

Eduardo Carone Costa

Adriene Andrade

AUDITORES

Édson Arger

Gilberto Diniz

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

PROCURADORES – MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Maria Cecília Mendes Borges

Cláudio Couto Terrão

Glaydson Santo Soprani Massaria

CONTAS DE MINAS**DIREÇÃO**

Elmo Braz - Conselheiro Presidente

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Cláudio Diniz Mendes

Assessor/Jorn. Mtb nº 0473-DRT/MG

EDITOR RESPONSÁVEL

Márcio de Ávila Rodrigues

Jornalista MTb n. 5229 DRT/MG

REDAÇÃO

Raquel Campolina Moraes

Sinara Mota Sousa Reis

Valquíria Borges da Costa

COLABORAÇÃO

Gladys Marinho

FOTOS

Gil Leonardi, Gualter Naves, Pedro Vilela e Yuri Gomes

EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social TCEMG

Av. Raja Gabaglia 1.315

CEP 30380-090 - Cidade Jardim

Belo Horizonte - MG

Fone: (31) 3348-2147

Fax: (31) 3348-2253

e-mail: tcemg@tce.mg.gov.br

PROGRAMAÇÃO VISUAL, DIAGRAMAÇÃO**E IMPRESSÃO**

Santa Clara Editora Gráfica

tel: 31-3391-0644

lithera@lithera.com.br

Belo Horizonte

TIRAGEM

4.000 exemplares

IMPRESSO
ESPECIAL
7317028606-DR/MG
TCEMG
CORREIOS

